

Política Social: debates contemporâneos

Entrevistada – Josiane Soares Santos¹

MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES²

REGINALDO GUIRALDELLI³

1. As políticas neoliberais e a crise do desenvolvimentismo produziram um acirramento da luta de classes e um maior tensionamento da relação capital x trabalho. Como você analisa a questão social nesse cenário?

A questão social nesse contexto passa por dois movimentos que se relacionam intimamente. O primeiro é o aumento de sua complexidade, quando pensamos suas múltiplas expressões agravadas pelo quadro de recessão econômica e barbarização da sociabilidade. Sem perder de vista sua característica fundamental que, no caso brasileiro, tem a ver com a superexploração do trabalho pelo capital, o refluxo do desenvolvimentismo agrava bastante o volume e os tipos de flexibilidade presente nestas relações de trabalho ante um quadro de regulação que se minimiza. Tal quadro acentua, como nunca, expressões da questão social ligadas à violação de direitos e

-
- 1 Graduada em Serviço Social (Universidade Federal de Sergipe, 1996), mestra e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000; 2008). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Publicou recentemente pela Cortez, o livro *Questão social: particularidades no Brasil*, que compõe a Biblioteca Básica de Serviço Social.
 - 2 Assistente social, mestre em Política Social e doutora em Sociologia pela UnB. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB).
 - 3 Assistente social, mestre e doutor em Serviço Social pela Unesp. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB).

sua banalização. A violência, cujos fundamentos estão na contração de qualquer projeto civilizatório parece se tornar, por exemplo, uma forma de expressar resistências por este segmento populacional da classe subalterna, mas uma forma de resistência que se afasta das formas coletivas e politizadas de enfrentamento e lutas de classe. O segundo movimento a que me refiro é da sua assistencialização, operada pelos governos, com vistas a afetar e enfraquecer essas resistências organizadas ante o aumento exponencial das desigualdades e do desemprego. A assistencialização se opera mediante uma centralidade posta na renda dos sujeitos e não no trabalho, estando altamente articulada às estratégias macroeconômicas de enfrentamento à crise contemporânea do capital. Juntamente com formas atomizadas e despolitizadas de resistência, esse fenômeno tende a aprofundar as dificuldades de organização e de afirmação da identidade de classe, distanciando cada vez mais o trabalho do horizonte de milhares de brasileiros. É um cenário difícil, portanto, quando pensado sob a ótica das possibilidades de superação do capital mesmo que este viva há décadas sua mais profunda crise estrutural.

2. Quais são para você as principais contribuições dadas pelo pensamento marxista para se pensar a questão social hoje?

Penso que a tradição marxista tem duas contribuições importantes no debate da questão social. A primeira é a demonstração dos seus fundamentos a partir da lei geral da acumulação capitalista, ou seja, desmistificando explicações que a remetam a processos dissociados da história (como sendo algo que pré-existe ao capitalismo) ou a processos inteiramente novos, decorrentes da atual crise do sistema econômico (em outras palavras, a chamada “nova” questão social). A segunda contribuição importante da tradição marxista é a politização das formas para seu enfrentamento que adiciona ao debate a necessidade de pautar, com centralidade, as lutas de classe como parte desse fenômeno, superando sua comum redução à pobreza.

3. Quais são as principais particularidades do capitalismo brasileiro para compreendermos nossa realidade e a questão social?

No meu livro, chamo atenção para três particularidades da formação social brasileira, destacadas originalmente por José Paulo Netto. São elas: a modernização conservadora, a revolução passiva e a centralidade da ação do Estado na constituição do capitalismo brasileiro. A primeira tem a ver com a tendência de modernizar a economia sem rupturas ou processos de superação do “atraso”, cujo exemplo mais emblemático é a estrutura fundiária nacional; a segunda tem a ver com a tendência à passivização das lutas sociais e processos de cooptação, frequentemente operados junto às classes subalternas e o terceiro, com a debilidade de nossas classes dominantes enquanto protagonistas do capitalismo brasileiro, já que para fortalecê-lo e expandi-lo necessitam do Estado concedendo incentivos e facilidades, bases para o patrimonialismo fundamentalmente vincado na política nacional. Essas características, em seu conjunto, explicam a debilidade organizativa da classe trabalhadora brasileira e o restrito grau de regulação pública das relações de trabalho, cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, como sendo a chamada “cidadania regulada” e explicam, portanto, a acentuada flexibilidade e precariedade das relações de trabalho no Brasil como componente histórico da questão social entre nós.

4. Para você quais são as principais contribuições do serviço social no debate sobre a questão social e como pensar as divergências teórico-metodológicas aí presentes?

Para além do que já afirmei sobre a contribuição do pensamento marxista neste debate (que deve ser entendido também como parte das contribuições do Serviço Social), penso que temos imensas tarefas na direção de particularizar a questão social em nossas formações sociais concretas. Acho que isso é muito mais importante do que o debate sobre as divergências teórico-metodológicas neste campo. Explico por que: estas divergências já estão relativamente consolidadas, pois as concepções presentes possuem formulações teóricas que

circulam entre nós há mais de dez anos. Por esta razão, me parece que o mapeamento das polêmicas é de fácil execução e não mais deve nos preocupar com tanta centralidade, já que a existência delas é ineliminável no contexto da pluralidade teórica afirmada no Serviço Social desde a renovação profissional. Ao invés disso, podemos dar um “salto” na compreensão da questão social quando somos desafiados(as) a contribuir com as mediações concretas que a constituem nas diversas realidades de nossa intervenção profissional: na relação com os processos de municipalização, de diferenças de sua vivência entre espaços rurais e urbanos, de expressões presentes na formação dos valores dos sujeitos individual e coletivamente, no estudo das formas de resistência e organização dos sujeitos políticos, entre outros. Penso que caminhar nesta direção, com os fundamentos críticos que já temos consolidado é, sem dúvida, a mais significativa contribuição dessa profissão que lida diariamente com inúmeras mediações direta ou indiretamente relacionadas com a questão social.

5. Quais são as principais tendências e possibilidades de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social na contemporaneidade e como você analisa as perspectivas colocadas à política social neste contexto?

Também já sublinhei (na resposta à questão de número 1) o que me parece ser a principal tendência de enfrentamento à questão social pela via do Estado na contemporaneidade: a assistencialização. Hoje este fenômeno está longe de se reduzir ao Programa Bolsa Família, pois o Plano Brasil Sem Miséria se coloca de modo transversal ao conjunto de políticas públicas brasileiras implementando outros programas de transferência de renda fora da assistência social. Esta é uma tendência que orienta as políticas sociais na contramão da universalidade reforçando a concepção neoliberal restritiva e focalista. Política pública deve alcançar, nesse sentido, somente aos pobres, pois os demais devem comprá-la no mercado. Ambas as alternativas se constituem em movimentos ligados às necessidades de superação da atual crise capitalista, já

que tanto a privatização quanto a focalização, operada via transferência de renda, incidem sob o consumo fazendo girar a economia.

Para além da assistencialização, outra tendência do enfrentamento público à questão social atualiza a conhecida “questão de polícia”, dando à segurança pública um destaque no interior dessa estratégia que criminaliza profundamente a pobreza e também as lutas sociais e formas de resistência organizada. Isso se faz, em muitos governos, inclusive associando segurança pública e políticas de corte social, como são os abrigos para dependentes químicos que, não raras vezes, funcionam a partir da pactuação com profissionais da assistência social e da saúde envolvidos na chamada “internação compulsória”. Também neste caso as medidas de enfrentamento à questão social tendem a alimentar a indústria do “medo social” e toda a parafernália que pretende cercar as classes médias e altas de dispositivos de proteção contra esse contingente populacional, além de alimentar também a segregação socioespacial cada vez mais evidente, especialmente nos grandes centros urbanos.